



*Brújula*  
Volume 10 • Spring 2015

## Enfoques

---

*A prosódia e a sintaxe da elegância: ou as formas da manutenção da autonomia individual no Brasil do século XIX*

**Rodrigo Cerqueira**  
Universidade de São Paulo

### I

Que *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz – livro que serviu como uma espécie de *vade mecum* aos estudos da obra machadiana por mais de três décadas –, precisava de uma resposta à altura, disso resta pouca dúvida. Alfredo Bosi já havia encarado esse desafio no final do século passado, mas *Machado de Assis: enigma do olhar*, no qual tenta sanar uma “insatisfação cognitiva e desconforto moral” causados pelo “hiato entre os conceitos da crítica e as figuras do texto fonte” (10), não atinge completamente seu objetivo. A razão disso não está, é claro, na sua competência intelectual, mas na forma da sua abordagem. O que dificulta um diálogo mais próximo entre essas duas

interpretações é que Bosi discorda do método tipológico de que Schwarz, na esteira de Astrojildo Pereira e Raimundo Faoro, lança mão para ler a obra de Machado de Assis, centrando a sua questão no “problema [...] da perspectiva” (10).

E é exatamente nesse aspecto que “Paternalismo e escravidão em *Helena*” (2003), de Sidney Chalhoub, atinge seu ponto mais alto. Tomando como pressuposto, como fizera Schwarz na década de 1970, a idéia de que, nos seus livros, Machado expunha, por trás de enredos aparentemente romanescos, *nonsenses* ou insípidos, uma visão complexa das ideologias de dominação que vigoravam no Brasil do século XIX, Chalhoub invade o espaço do qual o autor de *Ao vencedor as batatas* (1977) fizera-se senhor de modo a corrigir-lhe os julgamentos. Para tanto, o autor de *Machado de Assis historiador* (2003) se vale de uma mudança de perspectiva teórica. Se, para Schwarz, a ausência de solidariedade explícita entre os membros de um mesmo estrato social tornam-nos vítimas passivas da ideologia senhorial, para Chalhoub o problema é mais complexo. Há, sim, um espaço em que se pode constatar a existência de relações horizontais; elas apenas não podem se mostrar abertamente, como uma contestação direta, sob o risco de que seus atores sejam esmagados pelo vasto aparato tecnológico exercido em nome do poder senhorial. A partir dessa inversão teórica, os dependentes machadianos deixam de ser vistos como seres passivos e se tornam sujeitos históricos cuja ação se dá em função do contexto no

qual estão inseridos. Esse é, segundo Chalhoub, o espaço do “diálogo político possível” (90),<sup>1</sup> um lugar de resistência cotidiana e velada – ao menos aos olhos daqueles que são incapazes de ver para além da ponta dos seus narizes – à ideologia senhorial, de que se valem uma vasta galeria dos mais instigantes personagens machadianos, como, por exemplo, d. Plácida, José Dias, Helena, Iaiá Garcia, Guiomar, Capitu, etc.

Esse território – como não poderia deixar de ser, visto o risco citado da humilhação e da violência de que os dependentes podem ser vítimas – é um espaço marcado por uma importante característica: a ambigüidade que caracteriza seus discursos e atos. Seu método principal, baseado na consciência que possuem do funcionamento do imaginário senhorial, constitui em provocar nos senhores ações e interpretações que interessem a ele, dependente, de tal forma que pareçam concessões benevolentes de uma vontade superior. É assim que Guiomar consegue se casar com Luís Alves, que Helena sai para um passeio a cavalo e que José Dias vai de graça ao teatro, só para ficarmos em exemplos conhecidos à exaustão. Mas, mesmo que pareça uma ratificação da ideologia senhorial, uma vez que se faz segundo a lógica dessa mesma ideologia, essa afirmação da diferença possível, segundo Chalhoub, acaba por roer as estruturas que sustentam aquele imaginário. Assim, mesmo ambivalente, o “diálogo

---

<sup>1</sup> O conceito aparece também, com outras variantes – “política de dependentes”, “diálogos políticos”, “diálogos políticos cotidianos”, “sofisticação política”, “capacidade de atuação estratégica” –, durante todo o segundo capítulo do livro de Chalhoub, p. 58-93, especialmente nas páginas 82, 83 e 87.

político possível” não deixa de ser um poderoso elemento crítico ao ideário senhorial.

Meu argumento, contudo, segue num caminho diferente. Me parece que, se pensarmos em termos estritamente historiográficos, os achados teóricos de Chalhoub abrem um largo e novo campo, dentro do qual se pode reinterpretar certas práticas sociais, antes desprezadas, numa chave mais radical. O problema é que a série literária não anda *pari passu* com a série histórica, isto é, um romance, um poema, uma peça teatral não são reconstruções fidedignas das práticas sociais que representam. Não podemos esquecer que, ao lado das injunções históricas que constituem o material do qual se compõem as narrativas ficcionais, estas mantêm um diálogo bastante íntimo com elementos que são característicos do discurso literário – imagens, temas, motivos –, que enformam toda uma epistemologia particular a essa tradição.

O que pretendo neste artigo é demonstrar que, se pensado unicamente em termos de um romance, *Helena* (1876), o conceito do “diálogo político possível” dos dependentes mostra sua força crítica, mas que, se estendido para o conjunto da obra machadiana,<sup>2</sup> ele revela, na esteira dos problemas da aplicação de uma leitura historiográfica a textos literários, as impossibilidades da

---

<sup>2</sup> Embora acredite que essas reflexões possam ser aplicadas ao conjunto dos romances machadianos, até mesmo pela própria dimensão deste artigo, farei apenas o cotejo de *Helena* (1876) com *Iaiá Garcia* (1878).

representação de um espaço autonômico no universo ficcional brasileiro do século XIX.

## II

Na contramão do que pensava Roberto Schwarz – para quem *Helena* nada mais era do que outra contribuição machadiana para o “aperfeiçoamento do paternalismo” brasileiro através da “vigilância do preceito cristão” (117) –, Sidney Chalhoub vai buscar, através de uma leitura a contrapelo, salvar este romance da pecha de conservador. Para Chalhoub, Machado era um observador crítico – mas não inocente – das políticas de dominação senhorial. Partindo da constatação de que, se a historicidade da narrativa – 1856 – a situa dentro da vigência política e cultural do “tempo Saquarema”,<sup>3</sup> a historicidade do autor – 1876 – imprime ao romance uma característica muito particular: escrito cinco anos após os debates políticos de 1871, Machado já conseguiria vislumbrar a crise por que passou as formas tradicionais de domínio. Noutras palavras, esta interpretação machadiana da sociedade brasileira do “tempo Saquarema” é marcada por uma perspectiva cujo objetivo é expor, ainda que sutilmente, a existência de antagonismos ali mesmo onde o sistema parecia se reproduzir da maneira mais coesa.

Helena, personagem principal do romance, seria, assim, esse elemento dissonante. Imposta à família pela disposição testamentária do finado

---

<sup>3</sup> Tomei emprestada essa expressão de Ilmar Rohloff de Mattos, título de seu livro, *O tempo Saquarema*.

Conselheiro Vale, Machado revelaria, ainda segundo a leitura de Chalhoub, tanto as tensões internas à própria classe senhorial, quanto os antagonismos de classe do período. Através da leitura cuidadosa de algumas passagens do romance, Chalhoub vai expondo, detalhadamente, sua tese: Helena é possuidora de uma visão de mundo de lhe é própria – possibilitada, por um lado, por sua exterioridade àquele mundo e, por outro, pela sua posição ambígua, que a faz conhecer a violência e as benesses dessa ideologia –, visão de mundo esta que não pode ser simplesmente reduzida à de Estácio, filho do Conselheiro e herdeiro de suas prerrogativas senhoriais. Chalhoub:

Dito de outra forma, a protagonista decerto conhecia e compartilhava os significados sociais gerais que, regidos por Estácio e criaturas semelhantes, reproduziam aquele universo de relações sociais; o fato crucial, no entanto, é que Helena, por sua posição ambivalente, está condenada a uma introjeção crítica dos valores e significados que organizam o mundo a partir do ponto de vista de Estácio (24).

Não se pode deixar de reconhecer que o desvelamento dessa diferença é um dos pontos altos da análise de Chalhoub. O problema, a meu ver, começa com as implicações dessa constatação. Me parece haver uma excessiva valoração ao que chama de “introjeção crítica”. Chalhoub é o primeiro a compreender que uma leitura correta da personagem Helena depende, exatamente, do reconhecimento da sua capacidade de dissimulação. (O argumento é um tanto caviloso: se é pela

suas mentiras que temos acesso à verdade do sistema, então as certezas sobre as suas atitudes, assim como o potencial de sua crítica, ficam eternamente maculados pela nódoa da suspeição. Mas sigamos adiante.) Acrescente-se, agora, à dissimulação de Helena, a ambigüidade do seu caráter social: “A moça move-se em terreno social ambíguo, liminar, pois está imbuída de um sentimento de gratidão e de uma agudeza crítica que lhe são igualmente inescapáveis” (37). Esse terreno, mapeado por Chalhoub, me parece dos mais pantanosos para qualquer espécie de assertiva mais segura. Mesmo assim, embora reconheça todo esse universo ambíguo, dissimulado, mentiroso, o autor de *Machado de Assis historiador* acaba pendendo, por motivos antes historiográficos do que literários, a balança para o lado do potencial crítico da personagem. Na verdade, penso que conhecer como gira o mundo de Estácio – “conhecer perfeitamente as cadeias de causa e efeito” (25) que constituem a lógica do seu suposto irmão – é, para Helena, uma arma de que ela se vale mais para se manter gozando de uma prerrogativa – uma autonomia relativa – inerente ao universo do próprio Estácio, do que, de fato, como uma arma crítica. Em nenhum momento me parece ser sua intenção tirá-lo do eixo. Toda “relativização sistemática da perspectiva de Estácio” (26) nada mais é do que uma maneira de abrir um espaço para si mesma sem pôr em xeque o sistema que a oprime.

Mas Chalhoub sabe que nem tudo são flores. Em *Helena*, a quase totalidade do que se refere à instituição da escravidão passa por Vicente, pajem

da protagonista. Na breve análise da relação entre o escravo e sua senhora, na qual a hierarquia que punha Helena numa posição subalterna se inverte, Chalhoub sugere a existência, nas ações da protagonista – outrora crítica daquela ideologia de opressão –, de um elemento em comum com as políticas de sujeição das quais ela é vítima. Se, contudo, Helena “reproduz, aliás com bastante pieguice, a ideologia senhorial” (54) ao interpretar o intento do escravo em ajudá-la quando da crise familiar com a descoberta da verdade como uma subordinação à sua vontade, essa constatação não se converte, como poderia parecer à primeira vista, numa relativização do potencial crítico da nossa heroína, mas, isso sim, num “testemunho histórico: sendo a senhora de Vicente, a moça repete em relação a este, pelo menos num momento de crise, determinada lógica de domínio” (55). Destarte, agora é o movimento de Vicente em relação a Helena que se torna semelhante ao dela em relação a Estácio: há o reconhecimento da proteção e a tentativa de traduzir essa obediência em conquistas ou espaços de autonomia, como fumar os charutos do senhor ou conseguir a tão almejada alforria, por exemplo.

Assim, se o conceito de “diálogo político possível” é uma poderosa chave de leitura para quase todo o romance, ele começa a fazer água quando assumem o primeiro plano as relações entre os dependentes – ou, no caso do livro em questão, entre dependente e escravo. Neste momento, o potencial sibilamente crítico a ele atribuído – isto é, a “arte arriscada, que ratificava a

ideologia paternalista mesmo quando lhe roia os alicerces” (64) –, revela-se, na verdade, como uma poderosa arma de obtenção de privilégios e de ascensão social que necessita da manutenção desse mesmo ideário senhorial para ser alcançado.

Mas mudemos de romance. Se, em *Helena*, a protagonista é o elemento subalterno dissonante que, de alguma maneira, desorganiza o compasso bem marcado da tradicional família do Conselheiro Vale, em *Iaiá Garcia*, quem cumpre esse papel de elemento desagregador da vidinha modesta, mas bem assentada, de Luís Garcia muda de *status* social: agora é Valéria Gomes, viúva de um desembargador e herdeira de suas posses e prerrogativas senhoriais. Esse fato é bastante revelador das diferenças entre os dois livros. *Helena* apresenta a lógica fechada e praticamente incontestada das relações sociais marcadas pelo ponto de vista senhorial: o finado Conselheiro, Estácio, Dona Úrsula, Dr. Camargo, todos compartilham dos mesmos valores e significados que dão sentido ao mundo da elite carioca da primeira metade do XIX. Em *Iaiá Garcia*, como bem aponta Chalhoub, “a narrativa se move ostensivamente para os anos que o próprio Machado percebia como decisivos na crise do paternalismo – 1866 a 1871 –, sendo então traçado um amplo painel das mudanças históricas do período” (67), o que explicaria o fato desse ser um romance quase que exclusivamente de dependentes. Toda a ação narrativa está centrada num conjunto de personagens que transitam ao redor, em maior ou menor grau de

aproximação, da viúva do desembargador e de seu filho, Jorge, mas que não pertencem, por suas posições sociais, àquele mundo. E é exatamente nesta dinâmica social que rege as relações internas a essa própria classe que percebemos com clareza os limites literários da leitura historiográfica de Chalhoub e os problemas da representação da autonomia dentro de um universo senhorial.

### III

Começemos por uma constatação um tanto óbvia. As personagens espremidas dentro do conceito de dependente – agregado, subalterno, ou o que melhor convier ao leitor – constituem, em *Iaiá Garcia*, um conjunto muito mais dinâmico e com propósitos muito mais variados do que se supõe à primeira vista. Poderíamos começar com o Sr. Antunes, mas, talvez por sua tipicidade algo caricata, o pai de Estela é uma personagem de pouca monta no romance, ao menos para o que nos interessa debater neste artigo, por isso acho melhor nos determos na figura intrigante do escravo liberto, mas ainda assim escravo, Raimundo.

Se, em *Helena* – hipótese de Chalhoub –, os movimentos de Vicente concentravam quase tudo o que era dito por Machado sobre a nossa escravidão, em *Iaiá Garcia*, esse papel é assumido por Raimundo, “um preto de cinqüenta

anos, estatura mediana, forte” (cap. I)<sup>4</sup>, alforriado por Luís Garcia logo que esse o herdou como único bem do espólio paterno.

Raimundo, nove anos mais velho que o senhor, carregara-o ao colo e amava-o como se fora seu filho. Vendo-se livre, pareceu-lhe que era um modo de o expelir de casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso. Fez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo. Luís Garcia viu só a generosidade, não o atrevimento; palpou o afeto do escravo, sentiu-lhe o coração todo. Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu (cap. I).

Que, aqui, a galhofa machadiana salte aos olhos, ninguém o pode negar. Resta saber se, exposta como está, ela assume o papel de reorganizar o tom de submissão por meio do qual Raimundo é representando. Antecipo logo a resposta – bastante machadiana, diga-se de passagem –, até mesmo porque não é da intenção deste artigo a manutenção de qualquer espécie de suspense. Se tomada isoladamente, dentro do trecho recortado, a resposta teria que ser sim. De fato, a nota irônica parece subverter a lógica da representação: Raimundo demonstra toda sua gratidão à família Garcia – não podemos esquecer a força que o argumento da escravidão como uma potência civilizadora exercia então<sup>5</sup> –

---

<sup>4</sup> Machado de Assis, *Iaiá Garcia*, in *Obras completas* (1962), Rio de Janeiro, José Aguilar vol. I. Todas as citações de Machado dirão respeito a essa edição. Constará, ao invés das páginas, a referência ao capítulo de modo que fique mais fácil a localização da citação por todos que utilizam outras edições.

<sup>5</sup> “Cumpre não esquecer, quando se trata desta questão importante [os resultados benéficos do tráfico], que a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-

sem que isso signifique nem abrir mão da sua liberdade moral, nem sequer parecer “atrevido” aos olhos do leitor e, principalmente, do seu senhor, o qual só consegue ver a “generosidade” da permanência na condição de cativo – ao menos *pro forma* – em que Raimundo voluntariamente quis se manter. (Há alguns pontos mais que valem a pena serem debatidos quanto a esta questão, mas, como ainda devemos uma resposta ao leitor deste artigo, deixemo-los para depois.) Como acabamos de ver, uma frase irônica – “[f]ez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo” – pode desbaratar a significação dominante de um parágrafo inteiro ao abrir as brechas da possibilidade de uma contra-leitura. Mas se pensarmos em termos do romance como um todo – e eis, enfim, a segunda parte da minha resposta –, a nota irônica perde algo da sua força. Se não, vejamos.

O contexto sugerido pela primeira frase na qual o nome do ex-escravo surge – “E se o homem amoldara as coisas a seu jeito, não admira que amoldasse também o homem. Raimundo parecia feito expressamente para servir Luís Garcia” (cap. I) – ainda aponta, não sem certa ambigüidade, para uma idéia desafiadora da servidão. Na esteira descritiva da uniformidade da vida de Luís Garcia, que é marcada pelo signo da regularidade de uma rotina melancólica e solitária, os móveis e a dinâmica da casa espelham a personalidade taciturna e reservada de seu dono. E é filtrada por essa perspectiva patriarcal, na qual só é

---

o não só pelo contato como pela transfusão do homem civilizado. A futura civilização da África está aí, neste fato em embrião”: José de Alencar, *Cartas a favor da escravidão* (77-78).

possível imaginar o outro, o subalterno, nas palavras de Chalhoub, “a partir dos significados sociais gerais impostos pelos senhores” (31), que Raimundo é introduzido no enredo, amoldado ao modo de ser de seu “superior”. Mas como dissemos, a ambigüidade ainda é o tom dominante. Primeiro porque o emprego do verbo “parecer” impede que se faça essa passagem completa em que aquele que serve se transforma no próprio ato de servir. E segundo porque, ao atribuir a Raimundo o estatuto de “homem” e separá-lo dos outros objetos possuídos por Luís Garcia, o narrador se distancia da legislação vigente, segundo a qual o escravo é uma propriedade do seu senhor.<sup>6</sup>

Mas os parágrafos seguintes pendem a balança da ambigüidade para um lado pouco confortável.

- És livre, disse Luís Garcia; viverás comigo até quando quiseres.

Raimundo foi dali em diante um como espírito externo de seu senhor; pensava por este e refletia-lhe o pensamento interior, em

---

<sup>6</sup> Uma nada breve nota curiosa. Se há um distanciamento da letra da lei, parece haver um motivo corrente, segundo o qual a relação entre senhor e escravo estaria assentada sobre as bases da “generosidade” e da “tolerância”. Vejamos uma passagem de Alencar, escrita uma década antes de *Iaiá Garcia*: “No Brasil mesmo, a despeito da suprema necessidade que se mantém esse mau regime de trabalho, já penetrou na classe proprietária a convicção da injustiça absoluta do seu domínio. Um espírito de tolerância e generosidade, próprio do caráter brasileiro, desde muito que transforma sensivelmente a instituição. Pode-se afirmar que já não temos a verdadeira escravidão, porém um simples usufruto da liberdade, ou talvez uma locação de serviços contratados implicitamente entre o senhor e o estado como tutor do incapaz.

“A lei de nosso país considera o escravo como uma coisa ainda; porém, o costume, a razão pública, mais poderosa que todas as leis escritas, pois é a lima que as vai gastando a todas e cinzelando as novas; a razão pública já elevou o cativo entre nós à condição de homem, embora interdito e sujeito.” Cabe, contudo, uma ressalva: é bem verdade que essa citação de Alencar pode reverter um pouco a idéia de que separar o homem da coisa na representação do cativo seja, de fato, uma inflexão crítica. Um pouco mais de pesquisa e reflexão se fazem necessários para situar com mais precisão esse motivo retórico.

todas as suas ações, não menos silenciosas que pontuais. Luís Garcia não dava ordem nenhuma; tinha tudo à hora e no lugar competente (cap. I).

Se outrora o escravo ainda possuía uma interioridade que lhe fosse própria, independente do seu possuidor, esta passagem se mostra reveladora de uma dinâmica muito peculiar do ideário patriarcal, segundo o qual o senhor “só consegue imaginar aquilo que possa pensar um escravo, em qualquer circunstância, como reflexo ou espelhamento de sua própria maneira de ver as coisas” (Chalhoub 31). Apresentado de maneira sumarizada, na qual o longo período de tempo é condensado, em poucas palavras, esta passagem se torna sintomática da visão de mundo do narrador, a qual, mesmo forçando a nota crítica e abrindo espaços no compacto da ideologia senhorial, revela os limites impostos pela construção retórica do texto ao projeto de autonomia, ainda que relativa, dos subalternos no imaginário da tradição literária brasileira.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Mais paradigmático é o caso de Maria das Dores. Se em Raimundo pudemos constatar a existência de certos pontos de tensão, nos quais uma ambigüidade tendenciosa ainda se mostrava presente, quando nos deparamos com esta mulher, que havia criado Iaiá, agora uma anciã doente, a representação do subalterno como um reflexo do seu senhor ganha contornos bastante nítidos. Maria das Dores se define, única e exclusivamente, pela proximidade de sua menina, sem que isso signifique qualquer espécie de ganho pessoal: “Resta dizer que havia ainda uma terceira afeição de Iaiá; era Maria das Dores, a ama que a havia criado, uma pobre catarinense, para quem só havia duas devoções capazes de levar uma alma ao Céu: Nossa Senhora e a filha de Luís Garcia. Ia ela de quando em quando à casa deste, nos dias em que era certo encontrar lá a menina, e ia de São Cristovão, onde morava. Não descansou enquanto não alugou um casebre em Santa Teresa, para ficar mais perto da filha de criação. Um irmão, antigo furriel, que fizera a campanha contra Rosas, era seu companheiro de trabalho” (cap. I).

#### IV

Tampouco a cadeia hierárquica social pode ser resumida, rigidamente, nos pólos antitéticos senhor/dependente. Raimundo e Valéria, a bem da verdade, ocupam posições sociais fixas e opostas dentro da estrutura do romance, um na parte de baixo, a outra na de cima. Luís Garcia, contudo, é uma personagem que transita entre esses dois mundos: é, ao mesmo tempo, senhor de Raimundo e dependente de Valéria. O próprio caráter dessa dependência é revelador das múltiplas facetas através das quais a instituição do favor é representada. A bem dizermos, Luís Garcia não deve nada à mãe de Jorge, “viúva de um desembargador honorário, falecido cerca de dois anos antes, a quem o pai de Luís Garcia devera alguns obséquios e a quem este prestara outros” (cap. II). As relações de dependência contraídas por dois defuntos continuam a moldar a convivência dos vivos, o que mostra a sua força de perpetuação e a dificuldade que se tem de se livrar delas.

Contudo, o mais interessante a respeito de Luís Garcia é a maneira através da qual ele busca para si os espaços de autonomia que temos discutido. “Luís Garcia era funcionário público. Desde 1860 elegera no lugar menos povoado de Santa Teresa uma habitação modesta, onde se meteu a si e a sua viuvez. Não era frade, mas queria como eles a solidão e o sossego. A solidão não era absoluta, nem o sossego ininterrompido; mas eram sempre maiores e mais certos que cá embaixo” (cap. II). A primeira porta que se abre para o

entendimento desse processo passa pela imagem do isolamento. Dois marcadores geográficos – o alto do morro de Santa Teresa e o “cá embaixo”, posição, diga-se de passagem, a partir da qual a história é narrada – dão o tom do parágrafo.

A segunda diz respeito a seu temperamento.

Assim era; a experiência, que foi precoce, produziu em Luís Garcia um estado de apatia e cepticismo, com seus laivos de desdém. O desdém não se revelava por nenhuma expressão exterior; era a ruga sardônica do coração. Por fora, havia só a máscara imóvel, o gesto lento e as atitudes tranqüilas. [...] Era inofensivo por temperamento e por cálculo. Como um célebre eclesiástico, tinha para si que uma onça de paz vale mais que uma libra de vitória (cap. I).

E mais à frente, quando Iaiá lhe revela o sonho de se tornar mestre de piano, mais da sua personalidade nos é revelado

Luís Garcia sorria a esses planos da meninice, tão frágeis e fugidios como suas impressões. Também ele os tivera aos dez anos. Que lhe ficara dessas primeiras ambições? Um resíduo e nada mais. Mas assim como as aspirações daquele tempo o fizeram feliz, era justo não dissuadir a filha de uma ambição, aliás inocente e modesta. Oxalá não viesse a ter outras de mais alto vôo! Demais, que lhe poderia ele desejar, senão aquilo que a tornasse independente e lhe desse os meios de viver sem favor? Iaiá tinha

por si a beleza e a instrução; podia não ser bastante para lhe dar casamento e família. Uma profissão honesta aparava os golpes possíveis da adversidade (cap. I).

O afastamento a que me referi anteriormente nada mais é do que um reflexo dessa personalidade apática, desdenhosa e cética. Mas, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, estes adjetivos qualificam positivamente Luís Garcia mais do que o denigrem – “Assim vivia esse homem cético, austero e bom” (Cap. I, grifo nosso). Interessante observar que essa valoração semântica só pode ser entendida se tivermos em mente algo que se insinua pelas brechas da descrição de sua personagem: a experiência da derrota de uma classe social – a dos dependentes – que não pode levar à frente seus desejos pessoais. Nesse sentido, a felicidade só se torna possível quando se deixa de ambicionar qualquer coisa que esteja acima do seu nascimento. Se a vitória é impossível, resta aos dependentes que tenham orgulho da sua situação, que se abstenham de agir, que se contentem com a sua posição social e com o pouco que se pode conseguir nela e, principalmente se querem se manter afastados do degradante mundo do favor, que se escondam da sociedade.

Se em Luís Garcia essa aceitação incondicional do destino de classe é algo que se infere a partir de uma passagem descritiva, em Estela ele é exposto de maneira seca e direta, seja pelo narrador – “[s]imples agregada ou protegida,

não se julgava com o direito a sonhar outra posição superior e independente (cap. III) –, seja, de maneira ainda mais contundente, pela própria personagem –

Casamento, entre nós [ela e Jorge, filho da Baronesa], era impossível, ainda que todos trabalhassem para ele; era impossível, sim, porque o consideraria uma espécie de favor, e eu tenho um grande respeito a minha própria condição. Meu pai já me achava, em pequena, uns arremessos de orgulho. Como querias tu que, com tal sentimento, pudesse desposar um homem, socialmente superior a mim? Era preciso dar-me outra índole (cap. XVI).

Nobilitada pela máscara do orgulho – “[e]ra orgulhosa, tão orgulhosa que chegava a fazer da inferioridade uma auréola” (cap. III) –, a aceitação apática deste fardo que lhe foi legado pelo berço se instaura de maneira tão violenta que rompe com a convenção romântica segundo a qual as diferenças sociais são apenas obstáculos que o verdadeiro amor pode superar. Em *Iaiá Garcia*, esse obstáculo se transforma numa muralha intransponível. Não é de se estranhar que, incapaz de jogar de acordo com as regras que estão a sua disposição, Estela, assim como fizera Luís Garcia, opte, por duas vezes, pelo afastamento como forma de manutenção da sua autonomia: primeiro ao retornar à casa do pai quando Jorge tenta impor sobre ela o seu amor; em seguida, logo após a morte do marido, quando decide aceitar a proposta de uma antiga companheira de

seminário de “ir dirigir-lhe o estabelecimento de educação que ali fundara [no norte de São Paulo] desde alguns meses” (cap. XVII).

O problema é que esse afastamento se mostra uma saída insuficiente para se livrar das garras do ideário senhorial, o que demonstra a fragilidade de qualquer tentativa de autonomia que se queira distantes das relações sociais mais cotidianas. Não podemos nos esquecer que aquilo que põe a roda do enredo romanesco em movimento é, nada mais nada menos, do que uma carta de Valéria, que vai buscar Luís Garcia no alto do seu “convento” no morro de Santa Teresa e o faz descer à balbúrdia da “labutação civil” (cap. I). Assim como é a vontade inquestionável de Valéria, useira e faceira de todas as prerrogativas senhoriais do romance, que vai tirar Estela da casa do pai para casá-la com o viúvo Luís Garcia, de modo a acabar com qualquer risco de que ela viesse a desposar seu filho.

## V

O romance, contudo, não é sobre Raimundo ou Maria das Dores. Nem sequer sobre Luís Garcia ou Estela. Seguindo a advertência de *A mão e a luva* (1874), não acho absurdo dizer que o objetivo principal de *Iaiá Garcia* é o desenho do caráter da pequena Lina, filha de Luís Garcia e protagonista do romance, desde sua inocente jovialidade até o momento em que “as dissimulações da vida” e “as ironias da outra idade” lhe toldam o riso (cap. I). O que acompanhamos ao longo do romance é o processo formativo de Iaiá em direção

ao que os teóricos do *Bildungsroman* chamam de “grau de perfectibilidade”. Noutras palavras, o processo de aperfeiçoamento do indivíduo burguês não se dá a partir de um modelo anistórico e abstrato de conduta, mas completamente inserido nas “circunstâncias peculiares do processo histórico e político [no caso estudado por Morgenstern] da Alemanha dos últimos trinta anos do século dezoito” (1) Este “grau de perfectibilidade”, este *télos* do indivíduo burguês, exatamente pelo seu caráter histórico e político, muda conforme o momento e as especificidades sociais de onde deve ser alcançado, o que torna a experiência de Iaiá Garcia especialmente interessante para observarmos, segundo a ótica machadiana, as possibilidades de ascensão social e de manutenção dos espaços de autonomia.

E em que, então, consiste esse processo formativo?

A primeira resposta, ainda incompleta, passa pelo reconhecimento da sua posição social. Vejamos uma cena paradigmática.

Numa tarde de domingo, Iaiá se propõe a mostrar ao pai como se tocava o piano, “[e] com os dedos na borda da mesa, executava um trecho musical sobre as teclas ausentes” (cap. I). Dedicado pai que era, Luís Garcia não poupa esforços para comprar um piano para que a filha pudesse por em prática suas lições em casa. Retirou junto à Caixa Econômica o valor necessário e adquiriu o instrumento. “Quando no seguinte sábado, Iaiá viu o piano, que o pai lhe foi

mostrar, sua alegria foi intensa, mas curta.” E o narrador prossegue, no parágrafo seguinte:

A causa da mudança, desconhecida para Luís Garcia, era a penetração que madrugava no espírito da menina. Lembrara-se ela, repentinamente, das palavras que proferira e do gesto que fizera, no domingo anterior; por elas explicou a existência do piano; comparou-o, tão novo e lustroso, com os outros móveis da casa, modestos, usados, encardida a palhinha das cadeiras, roído do tempo e dos pés um velho tapete, contemporâneo do sofá. Dessa comparação extraiu a idéia do sacrifício que o pai devia ter feito para condescender com ela; idéia que a pôs triste, ainda que não por muito tempo, como sucede às tristezas pueris. A penetração madrugava, mas a dor moral fazia também irrupção naquela alma até agora isenta da jurisdição da fortuna (cap. I).

A “dor moral” não criou raízes naquele espírito solar. Passou rapidamente, é verdade. Não deixa, contudo, de ser significativo o fato de que esse episódio cumpre a função de uma espécie de rito de iniciação, fugaz, mas que aponta em que direção seu processo formativo deve seguir: o fato fundamental que nos surge é o desenvolvimento da noção de “penetração”, isto é, a capacidade que o espírito possui de reconhecer as implicações e os limites da realidade que o cerca. A julgarmos pelas conseqüências da experiência da derrota

de Luís Garcia, temos uma idéia da maneira violentamente castradora através da qual essa “penetração” pode se manifestar.

Esse ainda incipiente lampejo crítico vai cumprir uma função decisiva para o desenvolvimento da trama. A cena se passa no gabinete de trabalho de Luís Garcia, onde este se punha, com o auxílio da Estela, agora sua mulher, a arrumar seis anos de papéis acumulados. Neste mexe e remexe, Luís Garcia encontra uma carta de Jorge, datada de quando este fora ao Paraguai, por ordens da mãe, para curá-lo de seu amor indigno por Estela, então agregada da família. Ao receber a carta das mãos do marido, Estela não conseguiu esconder nem a palidez nem o rubor de vergonha, sentimentos que, se passaram despercebido por Luís Garcia, não escaparam os olhos de Iaiá, que estava sentada ao pé dos dois, matando o tempo com um trabalho de agulha.

Iaiá olhou a princípio com curiosidade, depois com espanto, até que os olhos luziram de sagacidade e penetração. O estilete que eles escondiam desdobrou a ponta aguda e fina, e estendeu-a até ir ao fundo da consciência de Estela. Era um olhar intenso, aquilino, profundo, que palpava o coração da outra, ouvia o sangue correr-lhe nas veias e penetrava no cérebro salteado de pensamentos vagos, turvos, sem ligação. Iaiá adivinhou o passado de Estela; mas adivinhou demais. [...] Não tinha idéia do mal; não conhecia as vicissitudes do coração. Jardim fechado, como a esposa do Cântico, viu subitamente rasgar-se-lhe uma porta, e

esses dez minutos foram a sua puberdade moral. A criança acabara; principiava a mulher (cap. X).

O segundo passo do seu processo formativo é consequência direta daquele outro, quando sua capacidade de “penetração” começa a se desenvolver. E é exatamente essa agudeza de espírito que lhe permite descortinar, ainda que de maneira tateante, as causas secretas do abalo de Estela. Como se tivesse comido o fruto da árvore proibida, Iaiá Garcia perde o véu da inocência. Ela se torna capaz, primeiramente, de ressignificar suas experiências pregressas: “Estendeu o espírito pelo tempo atrás, até o dia da primeira visita de Jorge, e lembrou-se que ele estremeceu ouvindo a voz de Estela, circunstância que lhe pareceu então indiferente. Agora via que não.” A isso se acrescenta também a maldição de julgar o pior dos outros – “bastou o espetáculo da comoção para turbar o espírito da enteada e lançar lá dentro os primeiros germens da ciência do mal. Que seria se [Estela] fosse culpada?” –, e então teremos Iaiá nas bordas do abismo que trouxe seu pai. A primeira consequência da desilusão é, exatamente, a apatia, o desdém e o ceticismo, sentimentos que, como vimos, criaram raízes na personalidade de Luís Garcia e o afastaram do mundo: “A impressão foi tão profunda, que apesar da força de resistência que havia em sua organização, Iaiá não pôde ter-se ali mais tempo. Saiu e refugiou-se na alcova. Certo, aquele amor intruso, se o havia, era para afligir e prostrar um coração de filha” (cap. X, todas as citações do parágrafo).

O segundo passo para se atingir aquele “grau de perfectibilidade” que definem o indivíduo paradigmático dentro das peculiaridades históricas e políticas do XIX brasileiro é, exatamente, a capacidade de ação, capacidade esta que difere Iaiá Garcia de seu pai e de Estela:

Grossas lágrimas e quentes lhe romperam dos olhos; Iaiá deixou-as cair: sorveu-as com seus próprios beijos. Quando essa primeira explosão acabou, acabou para não se repetir mais. Enxutos os olhos Iaiá pôde friamente refletir, e a reflexão dominou a angústia.

O que se passou naquele cérebro ainda verde, mas já robusto, foi uma resolução sem plano. Deslindar o vínculo espúrio era o essencial e urgente, não cogitou no modo (cap. X).

E aqui fica uma nota curiosa. Há um deslocamento no gatilho da percepção de Iaiá. Na sua infância, havia sido o contraste entre o piano novo e os móveis gastos da casa do pai que lhe havia aberto os olhos da experiência. Agora é a descoberta da dissimulação de um vínculo passado entre Jorge e Estela que completa esse processo de amadurecimento. Noutras palavras, o narrador do romance desloca o móvel da questão do plano econômico para o plano amoroso. A consequência natural desse deslocamento perceptivo se dá sobre as ações de Iaiá. Assim, os cálculos empreendidos pela pequena no sentido de consecução dos seus objetivos deixam de soar como arrivismo, uma vez que passam a ser envolvidos pela aura aparentemente desideologizada do amor. É interessante

observar que, se pensarmos em termos das três principais protagonistas da primeira fase machadiana, Iaiá representa uma desradicalização dos princípios encampados por Guiomar – esta, sim, quer abandonar a maldição de ser “simples herdeira da pobreza de seus pais” (*A mão e a luva* Cap. IV) – e uma superação do martírio romantizado de Helena. Retornando a *Iaiá Garcia*, percebemos, então, um movimento final do enredo: romantizado pelo sacrifício da filha que queria salvar o casamento do pai – “[p]ara combater esse inimigo inerte [o amor de Jorge e Estela], é que pôs em campo a porção de astúcia que a natureza lhe dera, as graças do rosto e a rara penetração de espírito” (cap. XIV) –, o amor que nasce desse plano deixa de levantar qualquer suspeita de alpinismo social. Acontece que, quando chegamos ao fim do romance, o prêmio de Iaiá pela sua determinação e pela sua sagacidade não se dá unicamente no plano amoroso, mas retorna ao plano social.

Esta achou no casamento a felicidade sem contraste. A sociedade não lhe negou carinhos e respeitos. Se antes de casar, Iaiá possuía o abecedário da elegância, depressa aprendeu a prosódia e a sintaxe; afez-se a todos os requintes da urbanidade, com a presteza de um espírito sagaz e penetrante. Nenhuma nuvem do passado veio sombrear a frente de um ou de outro; ninguém se interpunha entre eles (cap. XVII).

A nota final não deixa de soar estranha. A ascensão social, o que significa a abertura de um espaço para si numa sociedade que violenta qualquer ambição

das classes subalternas, não deixa de ser o *télos* – democrático? – do romance. O problema é que, não podendo se dar de maneira direta nem em oposição ao ideário senhorial, essa ascensão é mediada pela pureza do amor romântico, que controla as perigosas arestas dos cálculos, restringindo-os às ações mais nobres, como a da manutenção dos alicerces mais convencionais da família burguesa.

### Obras citadas

Alencar, José de. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

Assis, Joaquim Maria Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962, vol. I.

Bosi, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.

Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

Maas, Wilma Patricia Marzari Dinardo, “O romance de formação (Bildungsroman) no Brasil: modos de apropriação”, in [www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br).

Mattos, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitact/Intituto Nacional do Livro, 1987.

Schwarz, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Ed. 34, 2000.